



OS ANTEPROJETOS LEGISLATIVOS DE REFORMA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

PROGRAMA

Os anteprojetos legislativos de reforma do contencioso administrativo e tributário

Objectivo: Análise das novidades do anteprojeto de reforma da justiça administrativa e tributária, cujo procedimento legislativo está de momento em curso.

O Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) e o Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF) realizarão uma conferência sobre o anteprojeto da reforma do processo administrativo e tributário, cujo procedimento legislativo está pendente de aprovação. Trata-se de uma reforma que incide sobre os diplomas estruturais da justiça administrativa e tributária.

Importa, desde logo, destacar as alterações introduzidas ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF) que incidem sobre:

- (i) o âmbito da jurisdição,
- (ii) o funcionamento e as competências do Supremo Tribunal Administrativo,
- (iii) as competências da Secção de Contencioso Tributário e de Contencioso Administrativo
- (iv) as competências dos tribunais tributários,
- (v) a admissibilidade da criação de tribunais de competência especializada no âmbito da jurisdição administrativa (juízo administrativo social, juízo de contratos públicos e juízo de urbanismo, ambiente e ordenamento do território) e fiscal (juízo de execução fiscal e juízo de recursos contraordenacionais), com a previsão de criação de subsecções especializadas nos tribunais superiores em função da matéria, por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Paralelamente, são adotadas medidas tendentes à implementação de um novo modelo de administração e gestão agrupada dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários, assente na divisão em zonas geográficas e na introdução da figura do administrador judiciário e do magistrado do Ministério Público coordenador, assim como está prevista a revisão do modelo dos gabinetes de apoio, simplificando-se a sua criação e estendendo-se a admissibilidade da sua criação nos tribunais centrais administrativos.

O regime das custas processuais é igualmente objeto de alterações com grande relevo prático.

As alterações ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos assumem também particular importância, com relevantes clarificações e novidades designadamente ao nível do:

- (i) regime do levantamento do efeito suspensivo automático no âmbito do contencioso pré-contratual
- (ii) alargamento da legitimidade no âmbito dos pedidos de impugnação de normas,
- (iii) introdução da mediação
- (iv) alterações em matéria de arbitragem administrativa.

O Código do Procedimento e Processo tributário (CPPT) é objeto de uma profunda reforma gizada em torno do escopo da



OS ANTEPROJETOS LEGISLATIVOS DE REFORMA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

simplificação e agregação processual e de convergência e harmonização com o regime do CPTA. Merecem especial realce, entre outros:

- (i) o alargamento da possibilidade de cumulação de pedidos e coligação de autores no processo de impugnação judicial,
- (ii) o reforço da apensação de execuções,
- (iii) a possibilidade de dedução de uma oposição contra várias execuções bem como a adaptação de diversas figuras já previstas no CPTA,
- (iv) a possibilidade de concessão de providências cautelares de natureza judicial a favor do contribuinte ou demais obrigados tributários nos termos previstos no CPTA,
- (v) a nova regulação do efeito suspensivo de atos de liquidação
- (vi) a consagração do efeito suspensivo da reclamação
- (vii) profunda reestruturação do regime dos recursos jurisdicionais,
- (viii) a atribuição de iniciativa processual ao Ministério Público no âmbito da arbitragem tributária e a obrigatoriedade de publicação das decisões arbitrais tributárias.

A conferência está especialmente vocacionada para profissionais que lidam com questões relativas ao Contencioso administrativo e tributário do sector, mormente, Advogados, Magistrados, Consultores jurídicos, Docentes, Investigadores, Estudantes e a administração pública central, institucional e empresarial, regional e local.

Programa a divulgar brevemente.



OS ANTEPROJETOS LEGISLATIVOS DE REFORMA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

INFORMAÇÕES

Duração: 1 dia, dia 21 de setembro de 2018

Objectivo: Analise das novidades do anteprojeto de reforma da justiça administrativa e tributária, cujo procedimento legislativo está de momento em curso.

Organização: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) e Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF)

Custo: 20€ / 10€ Estudantes da FDUL, IDEFF e ICJP

Inscrições a decorrer no [IDEFF](#)



OS ANTEPROJETOS LEGISLATIVOS DE REFORMA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

FICHA TÉCNICA

Coordenação científica:

- Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva
- Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado
- Prof. Doutor João Miranda
- Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues
- Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins

Organização:

